

## **Introdução**

Com sua filosofia da práxis, Gramsci tomou como problema uma ruptura no pensamento marxista que era fruto tanto da sua ortodoxia quanto da experiência que se desenrolava no partido socialista italiano: teoria e prática eram tratadas como coisas separadas. As conseqüências desta separação resultavam não apenas nas análises mecanicistas e economicistas da realidade, mas, também, nas práticas do Partido. O mesmo problema – a ruptura entre teoria e prática – é o que teria levado Sartre a justificar a construção da ideologia existencialista à margem da filosofia marxista. A separação entre ser e saber, ou seja, entre prática e teoria, seria a falha do marxismo causada por seus próprios vícios<sup>1</sup>, doença à qual o existencialismo queria chamar a atenção e tentar superar.

Partindo destas duas informações gerais – portanto reduzidas - acerca de uma preocupação comum que guiava tanto o pensamento de Gramsci quanto o de Sartre, e tendo como fato a distância histórica<sup>2</sup> que marca a elaboração teórica de um e de outro, buscarei não forçar um diálogo entre ambos, mas demonstrar a importância da discussão acima explicitada e suas conseqüências tanto para o desenvolvimento de um pensamento crítico, quanto sua contribuição para a construção de uma teoria da transição.

## **I. A filosofia**

O primeiro ponto a se colocar em questão seria o papel que a filosofia ocupa no pensamento de Gramsci e Sartre. Ela teria uma origem e uma funcionalidade comuns: seria fruto de uma reflexão sobre uma materialidade específica e visaria justificar alguma transformação em andamento das estruturas da sociedade. Compartilham também que o marxismo seja a filosofia de nosso tempo, e que é através dela que deve ser pensado qualquer mecanismo de transformação social. Tal afirmação pode ser justificada se retomarmos as análises de um e outro. Começemos cronologicamente, com Gramsci.

---

<sup>1</sup> O que será detalhado posteriormente.

<sup>2</sup> Gramsci viveu de 1891 a 1937; Sartre de 1905 a 1980. Também é importante destacar a distância temporal das obras analisadas: *Os Cadernos do Cárcere* foram escritos entre 1932-1935, e o ensaio *Questão de Método*, data de 1960.

A premissa “todo homem é um filósofo”, reafirmada em diversas passagens do Caderno 11, nos permite concluir que, para Gramsci, todo homem é filósofo na medida em que ele vive as mesmas condições que engendraram uma elaboração teórica rigorosa. Neste sentido, todo homem é filósofo porque experimenta as mesmas condições materiais das quais determinada filosofia foi extraída, e racionaliza as suas condições de existência dentro dessa mesma materialidade.

Da mesma forma pensaria Sartre: as filosofias refletem um momento histórico determinado, são sustentadas pela praxis que as geram, e estão em constante movimento. Nasceram do movimento social e o acompanham, buscando sempre a totalização dos saberes que lhe são contemporâneos. Elas seriam, ainda, a forma através da qual a classe ascendente tomaria consciência de si (Sartre, 1973: 119).

Através disso poderíamos concluir duas coisas. Primeiro, que tal posicionamento frente ao que seria a filosofia<sup>3</sup> vincula-se e ao mesmo tempo justifica a defesa do marxismo como filosofia do nosso tempo. Vincula-se porque parte das concepções do materialismo histórico para explicar o que seria, afinal de contas, a filosofia; e justifica porque destaca a impossibilidade de se pensar fora do esquema teórico marxista. Neste sentido podemos chamar a atenção para uma segunda coisa: nem Gramsci, nem Sartre visavam superar a filosofia marxista. O que eles buscavam era nela reincorporar aspectos que lhe haviam sido destituídos. Buscavam restituir-lhe seu sentido vivo, real, material, em detrimento das abstrações e do idealismo que lhes havia tomado conta, e que fora já negado por Marx<sup>4</sup>.

Tendo esclarecida a questão da gênese das filosofias – e da filosofia marxista, por ela se referir a um período histórico específico – faz-se necessário justificar a afirmação que a seguia: a de que a filosofia teria a funcionalidade de justificar a transformação das estruturas sociais, funcionalidade esta que parece ser comum aos dois autores.

No caso de Gramsci, isto se traduz na discussão que ele realiza sobre os intelectuais orgânicos e a filosofia da praxis. No entanto, faz-se necessário resgatar seu pensamento anterior, destacado por Badaloni (1987), para que possamos compreender de que maneira ele chegou à formulação que irei explicitar posteriormente. Gramsci teria defendido que a

---

<sup>3</sup> Ou *as filosofias*, como Sartre nos chama a atenção, dado que cada *filosofia* se refere ao momento histórico que lhe é correspondente.

<sup>4</sup> Ver a crítica de Marx à Hegel em *A Ideologia Alemã*: o que se vive seria mediado pelas idéias, sendo elas e não a experiência vivida, a expressão da materialidade. Dito de outra maneira, o mundo real seria reflexo do mundo das idéias.

experiência das classes trabalhadoras nos conselhos operários seria essencial para torná-las capazes de exercer o poder: enquanto novos órgãos de classe, nascidos na Revolução de Outubro, estas instituições orgânicas transformariam a prática de classe numa capacidade de direção geral da sociedade. Seria desta maneira que se instituiria um novo tipo de Estado em contrapartida ao Estado burguês.

Esta formulação teria uma debilidade: a subestimação da capacidade contra-ofensiva da classe dominante e a superestimação da capacidade técnica das classes subordinadas. O mais importante a se destacar seria, no entanto, que tal formulação criava uma dicotomia entre as classes produtivas<sup>5</sup> e o restante da sociedade: as camadas médias se encontravam excluídas dos conselhos e, portanto, do processo de transformação. A experiência dos conselhos, restrita à classe produtiva não se estendia ao todo, levando a não-estruturação de uma cultura socialista. A consciência dos problemas incitados pela formulação derivada da experiência dos conselhos é o que teria levado Gramsci a romper com esta idéia e a expandir a criação da cultura socialista, dos trabalhadores para o conjunto da sociedade. É pensando nisso que ele teria articulado intelectuais e a classe produtiva em seu projeto de transição para uma sociedade socialista: a cultura socialista não poderia nascer *apenas* da subjetividade da classe trabalhadora, mas deveria ser buscada *também* no saber construído pelas classes não-produtivas. E é aqui que entra a formulação de Gramsci sobre o que seria a filosofia da praxis: a possibilidade de socializar o saber passado – construído pelas classes não-produtivas – e o saber em construção – emanado da experiência das classes produtivas. Dito de outra maneira, a filosofia da praxis seria a forma hegemônica segundo a qual os indivíduos se pensariam em sua totalidade, nascida da vivência desta totalidade e de sua interpretação teórica (o que permitiria compreender tal experiência).

Tendo isto como base, poderia tentar afirmar que a filosofia, em Gramsci, tem um papel transformador. Isto, na medida em que o compartilhamento do saber dos intelectuais com as classes produtivas resulta na tomada de consciência desta classe<sup>6</sup>, de sua condição.

---

<sup>5</sup> As classes que produzem mais-valor.

<sup>6</sup> A tomada de consciência se dá, para Gramsci, no terreno da superestrutura: “(...) os homens tomam consciência da sua posição social (e, conseqüentemente, de suas tarefas) no terreno das ideologias, o que não é pouco como afirmação de realidade; a própria filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir” (Gramsci, Caderno 10:388).

Aqui talvez seja interessante fazer uma aproximação com a concepção de prática presente em Bourdieu (1983): os indivíduos naturalizariam os princípios geradores (*habitus*) de sua ação, transformando-os numa segunda natureza e deixando para trás o acúmulo de histórias e experiências que os constituíram. Agiriam, portanto, de maneira inconsciente, condicionados por esta segunda natureza que se formou. Seria isto que prenderia as classes produtivas à execução de determinadas práticas que não as levariam à emancipação de sua condição. O papel do intelectual, sendo talvez, o de destacar as histórias e experiências esquecidas, torná-las racionáveis e conscientes, retirando assim aquele caráter automático - preso a um determinado *habitus* de classe - das ações desta mesma classe. Destaco que aquele saber compartilhado pelos intelectuais corresponde justamente à observação da experiência vivida das classes produtivas e que, por isso, compreende sua condição.

Em Sartre o saber também nasce da experiência e para ele, toda filosofia é prática. Assim ele a considera porque tendo ela nascido das condições materiais e acompanhando as suas transformações, ela seria sustentada por uma classe e reproduziria as suas certezas. Ela seria a forma através da qual a classe ascendente tomaria consciência de si, sendo uma espécie de espelho que se apresentaria como a totalização do saber contemporâneo. Tomando isso como premissa – que a filosofia visa justificar determinada ordem social – e sabendo que a praxis que a gera está em constante movimento, ele conclui que a filosofia também se transforma impregnando-se nas massas e tornando-se, através dela, um instrumento de emancipação. Para justificar tal afirmação, Sartre recorreu a um exemplo histórico: teria sido isso o que ocorreu com o cartesianismo. Sob as massas teria ele ressurgido de maneira espontânea e condicionado as atitudes do Terceiro Estado dando assim, uma resposta crítica às opressões (Sartre, 1973).

A filosofia operaria assim, uma unificação que construiria e manteria a ordem a qual ela visava justificar, baseada em transformações reais que ocorrem no mundo material. Creio que assim podemos compreender melhor aquela proposta de transformação de Gramsci via filosofia da praxis: esta, saindo da experiência das classes produtivas e racionalizada pelos intelectuais orgânicos, retornaria àquelas primeiras conformando uma linguagem e uma prática comuns, de maneira a tornar a ordem socialista possível. Somente tornando-se comum, somente constituindo-se enquanto idéia universal é que o socialismo tornar-se-ia viável.

Faz-se necessário, mais uma vez, retomarmos Bourdieu para compreendermos o papel do intelectual orgânico na proposta de Gramsci. Para o primeiro, a condição de classe produz disposições duráveis – *habitus* – que não podem ser superadas apenas pela consciência que a classe possui de si. Sendo assim, a consciência revolucionária não seria condição necessária e suficiente para que houvesse a revolução: ela esbarraria naquelas disposições duráveis. Ao mesmo tempo ele escreveu:

“(…) as correções e os ajustamentos conscientemente operados pelos próprios agentes supõem o domínio de um código comum e que os empreendimentos de mobilização coletiva não podem ter sucesso sem um mínimo de concordância entre os *habitus* dos agentes mobilizadores (por exemplo, profetas, chefes de partido, etc.) e as disposições daqueles cujas aspirações eles se esforçam em exprimir” (Bourdieu, 1983:71,72).

Mas não seria justamente esta a proposta de Gramsci? A de ultrapassar isto que Bourdieu denomina disposições duráveis ao unir teoria e prática partindo das condições objetivas das classes subalternas e retornando esta experiência de forma racionalizada através da teoria elaborada pelos intelectuais? Não seria este o papel da filosofia da praxis? Justamente o de construir um código comum e universal a todas as classes, partindo das necessidades materiais de uma delas, como teria realizado o cartesianismo na Revolução francesa de 1789 segundo Sartre? Creio que aqui, se justifique a aproximação que faço entre Gramsci e Sartre. Tendo Bourdieu como contraponto, podemos compreender melhor o papel que ambos atribuem à filosofia. Seria justamente a superação da condição de classe que Bourdieu julga impossível, aquilo que a filosofia se proporia a realizar. Mas não enquanto teoria ou consciência pura, mas enquanto unidade entre teoria e prática – enquanto filosofia da praxis, para Gramsci.

## II. Um parêntese

Esta unidade entre teoria e prática e a compreensão de que não é apenas a consciência que opera a transformação social tanto em Gramsci quanto em Sartre, poderá ser melhor compreendida se fizermos um parêntese neste debate. Antes de nos aprofundarmos no que seria a ‘prática’ para ambos (considerando que já esteja esclarecida a questão da ‘teoria’<sup>7</sup>), faz-se necessário retomar a inserção do pensamento de ambos dentro

---

<sup>7</sup> E considerando-se que já esteja esclarecido que não há uma separação entre este par para ambos, e que esta separação artificial se fez necessária neste texto, apenas como método de construção do argumento.

de outro debate. Refiro-me à recusa ao economicismo e à re-inserção do indivíduo na história.

Quando Gramsci inicia sua discussão sobre as leis tendenciais nos Cadernos do Cárcere, o que ele pretendia era superar o caráter metafísico que Croce atribuía à estrutura. A contradição resultante do choque entre a queda da taxa de lucros e a mais-valia relativa deixaria um campo aberto para a previsão histórica. Esta previsão seria, no entanto, fraca, pois o que se poderia saber daquela relação é apenas que uma tendência sempre se afirmaria sobre a outra. Segundo Badaloni (1987), a compreensão disso teria sido suficiente para Gramsci se afastar do automatismo e da inércia que as análises históricas se atribuem quando submetidas aos princípios estruturalistas. Gramsci integraria esta previsão – fraca – à outra previsão, na qual estão presentes as superestruturas. Analisadas de maneira conjunta elas formariam um bloco histórico, que nos permitiria compreender a totalidade da realidade. Sobre isso diz Badaloni:

“Gramsci detém a abstração da ciência econômica num nível em que podem continuar operando, ao mesmo tempo, estrutura e superestrutura, produção e Estado. O automatismo é visto agora como resultado de forças sociais que operam com relativa permanência, segundo regras que não as do direito de natureza soreliano, ou seja, a mera violência” (Badaloni, 1987:73).

Apenas compreendendo aquilo que se convencionou chamar de estrutura e superestrutura como unidade é que podemos compreender a economia como determinante da história em última instância: é o choque entre as forças produtivas e as relações sociais em aliança com a superestrutura, o que forma o bloco histórico. Assim, exclui-se a determinação dos acontecimentos históricos daquele automatismo que as leituras economicistas lhes outorgam. A previsibilidade histórica não está mais apenas relacionada àquele choque, mas às relações entre ele e a superestrutura.

Este incômodo com as análises mecanicistas da realidade também está presente em Sartre, e é justamente isso o que o levou a defender o existencialismo como uma ideologia que margeia o marxismo: não visava superá-lo<sup>8</sup>, mas apenas chamar a atenção para os problemas que ocorrem nestas análises por conta da anemia que se instaurou nesta teoria, qual seja, a separação entre teoria e prática. Ele responsabilizou o que ele denominava ‘paralisia’ do marxismo, ao quadro histórico do momento. Referia-se à URSS, ao seu

---

<sup>8</sup> Mesmo porque, para Sartre, o marxismo é a filosofia insuperável de nosso tempo.

isolamento e às suas práticas. Afirmava que para garantir a unidade do Partido e evitar o enfraquecimento da luta ideológica, os dirigentes daquele teriam negado as contribuições da experiência real e submetido os acontecimentos a diretrizes pré-definidas. Tomariam os conceitos marxistas como saberes totalizados, como um saber eterno, negando as particularidades históricas e confundindo heurística com ortodoxia. Não compreendiam que Marx analisava os casos particulares da história para mostrar que eles pertenciam a uma totalidade: o fato específico não tinha apenas uma significação particular, mas um papel revelador justamente por ser parte de um todo. A pesquisa e os conceitos de Marx seriam, portanto, princípios reguladores, chaves interpretativas e não conceitos-entidades como os tornavam os dirigentes do Partido (Sartre, 1973:127).

Num certo sentido é isso o que Gramsci discutia quando tomava como questão as leis tendenciais: não se pode compreender a realidade histórica a partir de idéias pré-concebidas. É essencial compreender as leis econômicas e suas influências no movimento histórico, mas não podemos tomá-las como agente único deste processo. Inserir a superestrutura na análise seria, neste sentido, re-inserir o sujeito na história. Mesmo porque, para Gramsci, a superestrutura não é uma mera abstração, antes é uma realidade ‘objetiva e operante’, de tal maneira que a própria filosofia da praxis seria uma superestrutura (Gramsci, Caderno 10, 388).

### **III. A prática**

Aqui retornamos ao ponto interrompido pelo parêntese: a discussão sobre a prática, ou seja, a maneira pela qual a história se faz. A compreensão deste ponto é fundamental para que o projeto de transformação proposto por Gramsci ganhe sentido: é a ação dos intelectuais em conjunto com as classes produtivas o que levará à formação de uma cultura socialista. Assim, aquela previsibilidade da história que se expandiu na relação entre estrutura e superestrutura, pode ser compreendida como um programa a se realizar. É o *projeto* de que trata Sartre: o esforço de superação de uma condição determinada<sup>9</sup>. Neste sentido, os fatores reais condicionariam a ação que visa um certo devir, e este, por sua vez, nasceria justamente *da* ação. Extraímos disso que o conhecimento é produzido *na* praxis, é um momento dela. Por isso aquela relação entre intelectuais orgânicos e massa ser tão

fundamental no pensamento de Gramsci: unem-se os movimentos espontâneos à consciência<sup>10</sup>, que é justamente a produção do devir pela prática. Segundo Sartre, os homens não compreenderiam o alcance real de suas ações porque não estando unidos e não tendo consciência de seu papel na história, não reconheceriam o papel de sua ação num resultado total e objetivo (Sartre, 1973:156). A história apareceria-lhes como uma força estranha, por isso é que ele compreende que ao realizá-la, o homem tanto objetivaria sua subjetividade quanto se alienaria.

Somente assim é que a história adquiriria um sentido para o homem: o proletariado tornaria-se sujeito dela, reconheceria-se nela ao tomar consciência de si mesmo. Somente assim é que eles poderiam obter os resultados de sua ação de acordo com os objetivos visados sem correr o risco daqueles resultados se voltarem contra eles. Enquanto o homem não se ver como *unidade*, enquanto a multiplicidade de grupos e de separações entre homens não forem situadas no interior de unificações mais profundas, não poderemos compreender a História desta maneira.

A busca de um sentido único para a História é, portanto, central para os dois autores. E em Gramsci isso aparece (reafirmo), na defesa da filosofia da praxis, na defesa da unidade entre teoria e prática, e na proposta de tornar isso concreto através da relação entre os intelectuais orgânicos e as massas. Faz-se importante destacar que a busca deste sentido único se dá, tanto em Sartre quanto em Gramsci através da escolha que os indivíduos realizam. Esta escolha entre as diversas variantes na qual poderia se encaminhar a ação, não se dá senão de forma limitada, dentro de um universo de possíveis. Isto porque as condições materiais determinam o campo de ação dos indivíduos<sup>11</sup>.

Elegendo a escolha como ponto de partida da ação, o que Gramsci e Sartre realizam é negar o caráter de acaso da história e restituir-lhe um sentido humano, pois os movimentos espontâneos e inconscientes, reflexos da estrutura, formam apenas desagregados. A filosofia da praxis, para Gramsci, e o marxismo renovado pelo

---

<sup>9</sup> O esforço de superação é determinado sempre pela tentativa de supressão de alguma carência. É a carência o que impulsiona o ato, para Sartre.

<sup>10</sup> A consciência é adquirida pelos grupos sociais na superestrutura, segundo Gramsci (cf. cadernos 10, 388).

<sup>11</sup> Lembrando sempre que as condições materiais vividas são fruto da escolha de outros homens: "...os homens fazem a sua história sobre a base de condições reais anteriores (entre as quais devem-se contar os caracteres adquiridos, as deformações impostas pelo modo de trabalho e da vida, a alienação, etc.), mas são eles que a fazem e não as condições anteriores: caso contrário eles seriam os simples veículos de forças inumanas que regeriam, através deles, o mundo social" (Sartre, 1973:156).



existencialismo, para Sartre, fixariam estas formas espontâneas. Estendo, aqui, a análise que Badaloni fez acerca da obra da Gramsci, para a de Sartre, por compreender que ambos partiram do mesmo problema e construíram, mesmo que de maneira diferenciada, a mesma solução: ao fixar as formas espontâneas, a filosofia marxista ressuscitada, poderia fazer a sua crítica e desta crítica extrair previsões históricas que guiariam as escolhas a se realizar. Daí o papel do intelectual ser central para Gramsci: eles capacitariam e organizariam os indivíduos para estes realizarem suas escolhas.

“Na base de todo movimento histórico que parta debaixo, estão tendências que só podem desembocar num desenvolvimento progressista na condição de serem fixadas, definidas intelectualmente e também política e organizativamente” (Badaloni,1987:87).

Aqui, faz-se necessário que retomemos o *projeto* de Sartre: este, para se concretizar, tem que atravessar um campo de possibilidades instrumentais. Estes instrumentos são eles mesmo resultado do desenvolvimento da técnica e das forças produtivas, ou seja, são resultado do desenvolvimento das condições materiais. Qualquer instrumento que seja escolhido para o desenvolvimento do *projeto* irá, no entanto, condicionar a observação do sujeito. É assim que ele compreenderia a cultura: como um instrumento que limitaria o desenvolvimento do *projeto*, sendo o sistema cultural, neste caso, um instrumento utilizado para o *projeto* de superação da alienação pelo homem. Daí a ponte que eu realizo entre a proposta dos dois autores: Gramsci, com a filosofia da praxis e os intelectuais orgânicos, quer ampliar a visão crítica do mundo para as classes produtivas, de tal maneira que todos se insiram num mesmo sistema cultural que utilizam como instrumento para superar sua alienação. Neste sentido, uma nova forma de Estado, uma nova forma de organização social, e uma nova forma de hegemonia<sup>12</sup> são impossíveis de serem pensados fora daquela concepção filosófica. A filosofia da praxis de Gramsci proporia a expansão de uma visão crítica do mundo – expandida da classe não-produtiva para a classe produtiva – que acabaria por gerar novas formas de ação.

## Conclusão

O ser humano age, para Sartre, segundo os projetos que ele constrói mentalmente e que visam superar uma determinada carência. Nega-se determinada condição material

---

<sup>12</sup> Em contraposição à hegemonia restrita.

através da ausência que o sujeito possui. Esta superação não lhe permitirá alcançar a totalidade de suas satisfações: ele sai de um projeto para entrar em outro.

Quando este sujeito age buscando realizar determinado fim, ele exterioriza sua subjetividade nesta ação, objetivando-a, de tal maneira que o resultado da ação empreendida lhe será sempre estranho. Dito de outra maneira: o resultado de uma ação será sempre alienação. O sujeito perde o controle do resultado da ação na medida em que ela se torna objetividade. Assim o é com todos, de tal maneira que os resultados dos projetos empreendidos entram em choque, formando um todo que irá agir contra o sujeito, limitando a sua ação: é a estrutura viva - porque formada pelos sujeitos. É isso o que Sartre entende por história: a constante busca dos sujeitos pela supressão das suas carências. A não identidade destes últimos com aquela primeira residindo no fato de que o resultado de sua ação já não lhes pertence mais, torna-se coletividade.

Isto posto podemos agora compreender que a superação de determinada condição histórica, a superação do capitalismo, só pode acontecer quando o homem estiver liberto da escassez e seus projetos e escolhas não forem mais focadas na manutenção da vida. Para o mesmo reino da liberdade aponta Gramsci:

“Todavia, se também a filosofia da praxis é uma expressão das contradições históricas – aliás, é sua expressão mais completa porque consciente –, isto significa que ela está também ligada à ‘necessidade’ e não à ‘liberdade’, a qual não existe e ainda não pode existir historicamente. Assim, se se demonstra que as contradições desaparecerão, demonstra-se implicitamente que também desaparecerá, isto é, será superada, a filosofia da práxis: no reino da ‘liberdade’, o pensamento e as idéias não mais poderão nascer no terreno das contradições e da necessidade de luta” (Gramsci, Caderno 11:205).

A consciência plena das contradições nas quais estão imersos, fato tornado concreto pela filosofia da praxis, é o que levaria os homens a agir segundo este conhecimento. É a busca da superação das necessidades, ou seja, a busca da superação de uma ausência, de uma carência, o que os levará a agir. Compartilhando da mesma escassez, da mesmas necessidades, enfim, buscando todos superar as mesmas carências é que podemos pensar, em Gramsci, na modificação das condições materiais e na passagem para uma outra forma de Estado. Compreendo que é a ação em bloco, nascida da consciência da condição de subordinação na qual se encontram os sujeitos, que levará à superação do capitalismo. Tendo como projeto o fim das contradições, o fim da escassez, o fim das necessidades é

que os homens irão agir e obter, em bloco, o resultado dessa ação. E é apenas aí, que poderemos falar da construção de uma nova filosofia e da superação do marxismo.

**Referência:**

BADALONI, Nicola. “Gramsci: a filosofia da práxis como previsão”. IN: HOBBSBAWN, Eric (org). *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. “Esboço de uma teoria da prática” IN: ORTIZ, Renato (org). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. V.1 e V.3, Cadernos 10, 11 e 13. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 2001.

SARTRE, Jean-Paul. “Questão de Método”. IN: *Os Pensadores*, XLV, São Paulo, Abril Cultural: 1973.

---

\* Mestranda em Ciência Política pela Unicamp.